



Índio munduruku navega pelo rio Tapajós; usina na região teve licenciamento suspenso em 2016 por atingir área demarcada

Custo socioambiental sobe e trava novas hidrelétricas

Em 20 anos, despesas com licenciamento passaram de 6% a 20% do orçamento

Potencial de construir grandes usinas no país se aproxima do fim, e especialistas divergem sobre impacto no país

TAÍS HIRATA
DE SÃO PAULO

Os custos socioambientais para construir grandes hidrelétricas quase quadruplicou nos últimos 20 anos, segundo estudo do Instituto Acende Brasil. A participação dessas despesas no orçamento total dos projetos subiu de 5,7%, nos anos 1990, para 20%, entre 2010 e 2014.

Os gastos que mais cresceram foram relativos à compra de terrenos, à realocação de populações afetadas e à limpeza de reservatórios.

Com a maior de pressão da sociedade civil, a fiscalização ficou mais rigorosa, o que elevou os custos, diz Alexandre Uhlig, diretor do instituto.

A alta também ocorre porque, no passado, essas despesas eram subdimensionadas nos orçamentos, afirma.

Os custos socioambientais têm peso muito maior nas hidrelétricas. Nas termelétricas, eles representam 1,9%. Em eólicas, a fatia é de 3%, e, em solares, 1%, aponta a EPE (estatal responsável pelo planeja-

mento do setor de energia).

“O custo alto por si só, porém, não impede a construção das usinas. Ele é repassado para as tarifas e reflete o cuidado que a sociedade deve ter com o ambiente”, diz Uhlig.

Para o diretor, o maior entrave das hidrelétricas é a resistência de movimentos de defesa de povos indígenas, já que grande parte dos empreendimentos requer o alargamento de áreas demarcadas.

Com a maior dificuldade, o potencial para novas grandes usinas estaria próximo ao fim.

Dos 250 GW (gigawatt) de potencial de hidrelétricas no país, 100 GW já foram cons-

truídos e outros 100 GW dificilmente poderão ser aproveitados, por causa de dificuldades de licenciamento ambiental, segundo Uhlig.

Restariam 50 GW ainda passíveis de serem convertidos em hidrelétricas —o equivalente a 3,5 usinas de Itaípu.

ENERGIA SUBSTITUTA

O tema é alvo de fiscalização do TCU (Tribunal de Contas da União), que cobra do Ministério de Minas e Energia mais articulação com outros órgãos (como Funai e Ibama) no processo de licenciamento e maior planejamento técnico para lidar com o impacto de

não construir hidrelétricas.

O temor é que, com o aumento de demanda por energia, sejam acionadas mais usinas térmicas caras e poluentes, afirma Manoel de Souza Neto, secretário do TCU.

“Não há articulação institucional. A usina de São Luiz do Tapajós [no Pará], por exemplo, foi vetada. São 8 GW a menos no sistema. Quantas térmicas são necessárias para suprir essa demanda, a que custo?”

Para Ricardo Baitelo, coordenador do Greenpeace, a compensação pode ser feita por fontes limpas. “Se a escala de usinas solares e eólicas crescer, a intermitência cairá. Além disso, há opção de térmicas a biomassa, que são sustentáveis.” Quanto à pressão indígena, trata-se de defesa legítima de direitos, segundo Ciro Campos, da ONG Instituto Socioambiental.

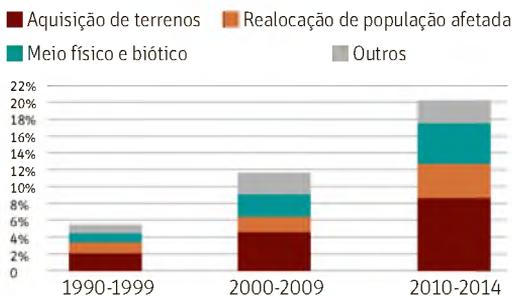
O Ministério de Minas e Energia afirma que não há falta de planejamento e que a expansão da matriz é pautada por “robustos estudos de engenharia”.

A EPE diz que os órgãos trabalham para melhorar a estruturação dos projetos de hidrelétricas, mas destaca que os planos decenais do setor já preveem “um mix de renováveis e térmicas” para abastecer a demanda do país.

O PESO DO LICENCIAMENTO

Despesas socioambientais de grandes hidrelétricas

Participação dos gastos no orçamento total, em %



Fonte: Instituto Acende Brasil